



FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

LUCIENE C. FERNANDES

1. Há como financiar uma educação universal e de qualidade?

O investimento em educação foi elevado, nos governos Lula e Dilma, de **4,5% do PIB/ano** para **6,5% do PIB/ano**:

- **5,5% para a educação pública +**
- **1,0% para a educação privada** (dos quais quase **0,5% para o FIES**)

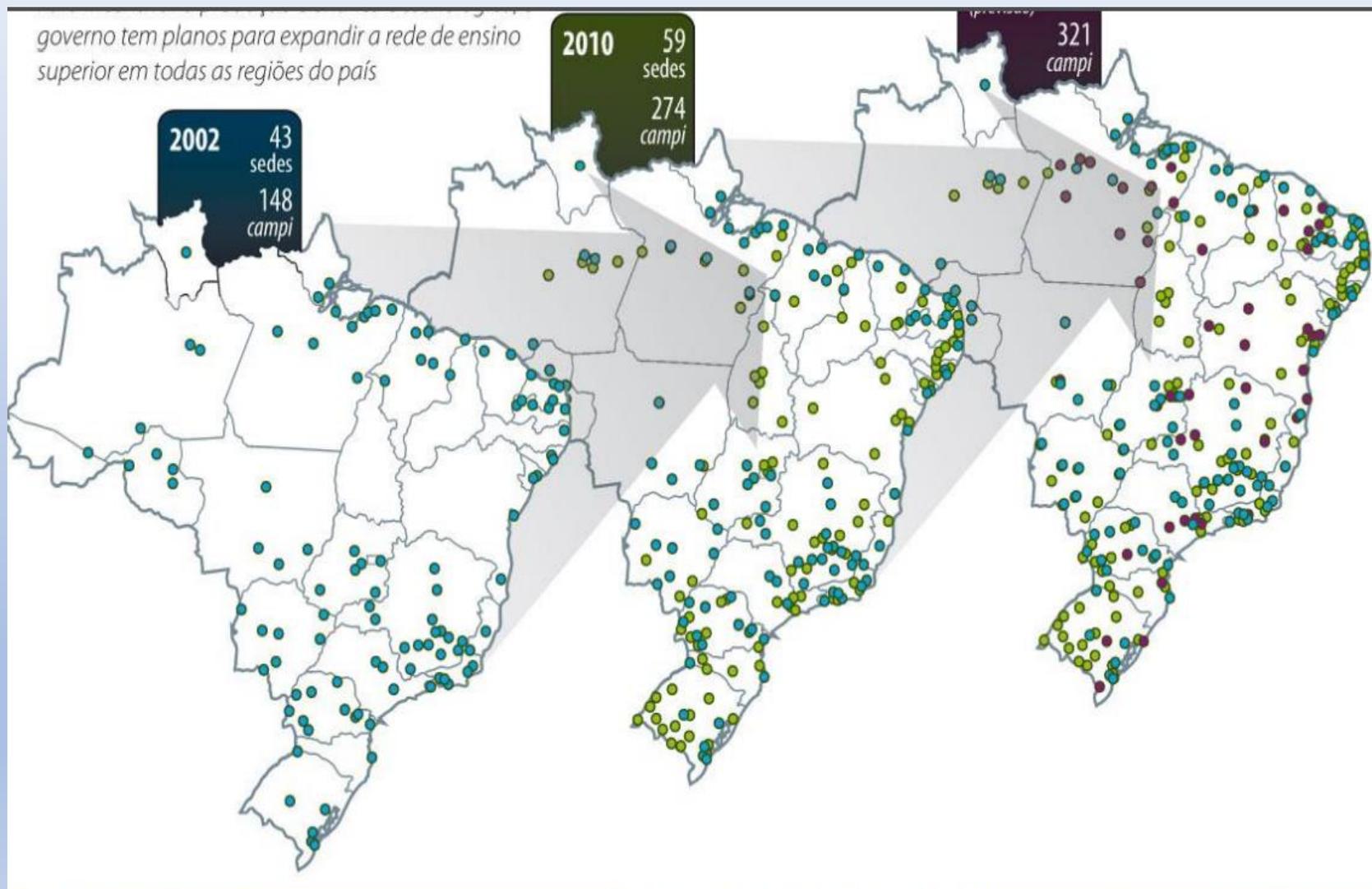
- O **PNE** prevê a elevação dos investimentos em educação (pública e privada) até o patamar de **10% do PIB/ano**, a ser atingido em **10 anos** (2024).
- Há que observar que essa proposta, embora positiva, precisa ser aperfeiçoada, pois **não estabelece qual percentual adicional deve ser destinado à educação pública** e, portanto, deixa aberta a possibilidade de que os recursos destinados à educação privada sejam ainda mais elevados.

Quanto custa uma educação universal de qualidade?

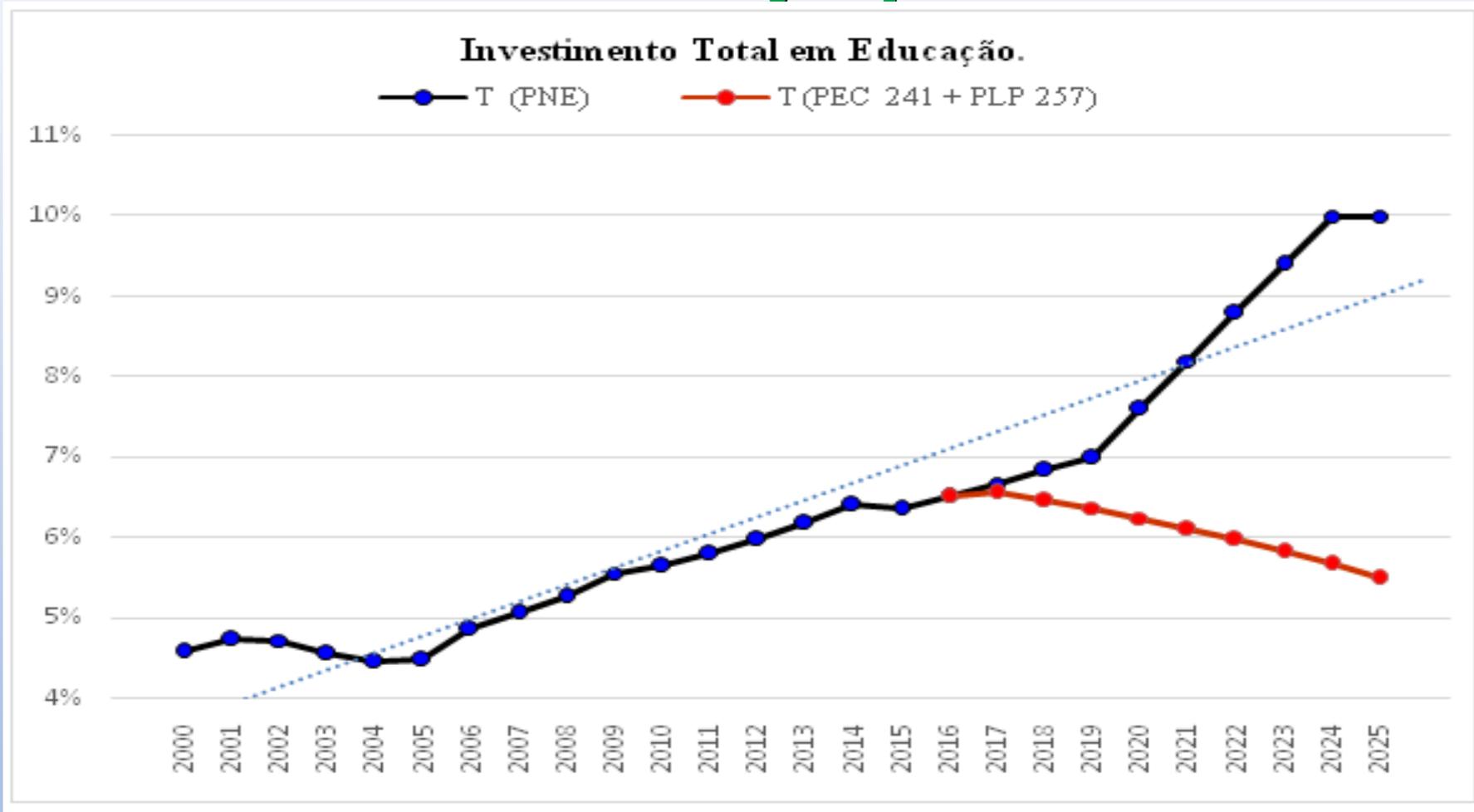
- Quanto custa financiar a educação pública de qualidade no Brasil? A tabela abaixo foi construída a partir de estudos do **PROIFES** e da **Campanha**.
- A metodologia utilizada foi considerar o **Custo Aluno Qualidade**/aluno adequado, em todos os níveis, e, levando em conta as projeções do **IBGE**, multiplica-lo pelo número de estudantes previsto nas **metas do PNE**.

Investimento em educação: 2015-2024.									
Ano	Ed.Inf. 0-3a	Ed.Inf. 4-5a	Ens.Fund. 6-14a	Ens.Méd. 15-17a	Ed.Jov.e Adultos	Errad. Analf.	Ens. Prof.	Ensino Sup.	Total geral
2015	0,21%	0,43%	2,99%	0,92%	0,44%	0,08%	0,10%	0,92%	6,10%
2016	0,25%	0,47%	3,17%	1,04%	0,48%	0,09%	0,12%	0,97%	6,59%
2017	0,30%	0,51%	3,32%	1,17%	0,52%	0,09%	0,14%	1,02%	7,08%
2018	0,35%	0,55%	3,47%	1,30%	0,55%	0,10%	0,17%	1,06%	7,55%
2019	0,41%	0,58%	3,60%	1,42%	0,59%	0,10%	0,20%	1,11%	8,01%
2020	0,47%	0,61%	3,73%	1,53%	0,63%	0,11%	0,22%	1,15%	8,45%
2021	0,53%	0,63%	3,85%	1,53%	0,67%	0,11%	0,25%	1,18%	8,76%
2022	0,60%	0,65%	3,97%	1,52%	0,72%	0,12%	0,28%	1,21%	9,06%
2023	0,67%	0,67%	4,09%	1,51%	0,76%	0,12%	0,31%	1,23%	9,36%
2024	0,74%	0,69%	4,22%	1,49%	0,80%	0,13%	0,35%	1,24%	9,65%

EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ULTIMOS 14 ANOS



2. Financiamento da educação pública PNE X EC 95.



Fonte: “PEC 241: só a unidade na luta de resistência impedirá a concretização de golpe político”, Gil Vicente Reis de Figueiredo, 2016. “Impactos do Novo Regime Fiscal – Subsídios à análise da Proposta de Emenda Constitucional, PEC 241/2016”, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (“Estudo Técnico nº 12/2016”)

Na contramão do PNE: EC95 reduz drasticamente os investimentos em educação de 2016 em diante

Ano	Investimento Total em Educação (% do PIB)	
	T (PNE)	T (PEC 241 + PLP 257)
2000	4,6%	
2001	4,7%	
2002	4,7%	
2003	4,6%	
2004	4,5%	
2005	4,5%	
2006	4,9%	
2007	5,1%	
2008	5,3%	
2009	5,6%	
2010	5,6%	
2011	5,8%	
2012	6,0%	
2013	6,2%	
2014	6,4%	
2015	6,4%	
2016	6,5%	
2017	6,7%	6,5%
2018	6,8%	6,5%
2019	7,0%	6,4%
2020	7,6%	6,3%
2021	8,2%	6,1%
2022	8,8%	6,0%
2023	9,4%	5,8%
2024	10,0%	5,7%
2025	10,0%	5,5%

Fonte:

1 - “PEC 241: só a unidade na luta de resistência impedirá a concretização de golpe político” .Gil Vicente Reis de Figueiredo, 2016.

2 - Tabela Parâmetros e indicadores macroeconômicos selecionados, 2001-2025 (Cenário de Referência), ago/2016. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (“Estudo Técnico nº 12/2016”).

3 - INEP/MEC: Investimento Público Total (% PIB 2000 a 2013)

Na contramão do PNE: EC95 reduz drasticamente os investimentos em educação de 2016 em diante

Neste cenário, não só o PNE não será cumprido como, na menos pior das hipóteses, o investimento total em educação irá declinar em 16% até 2025 – e outros tantos mais, no caso de prorrogação.

Inverte a lógica aprovada no PNE: em termos de percentuais do PIB (aumento para 10% nos próximos 10 anos), o investimento total em educação, em vez de subir, irá diminuir retornando a patamares do início dos anos 2000, invertendo a tendência de crescimento atual.

Saúde, educação e áreas sociais retornarão, assim, ao ponto em que estavam no início dos anos 2000.

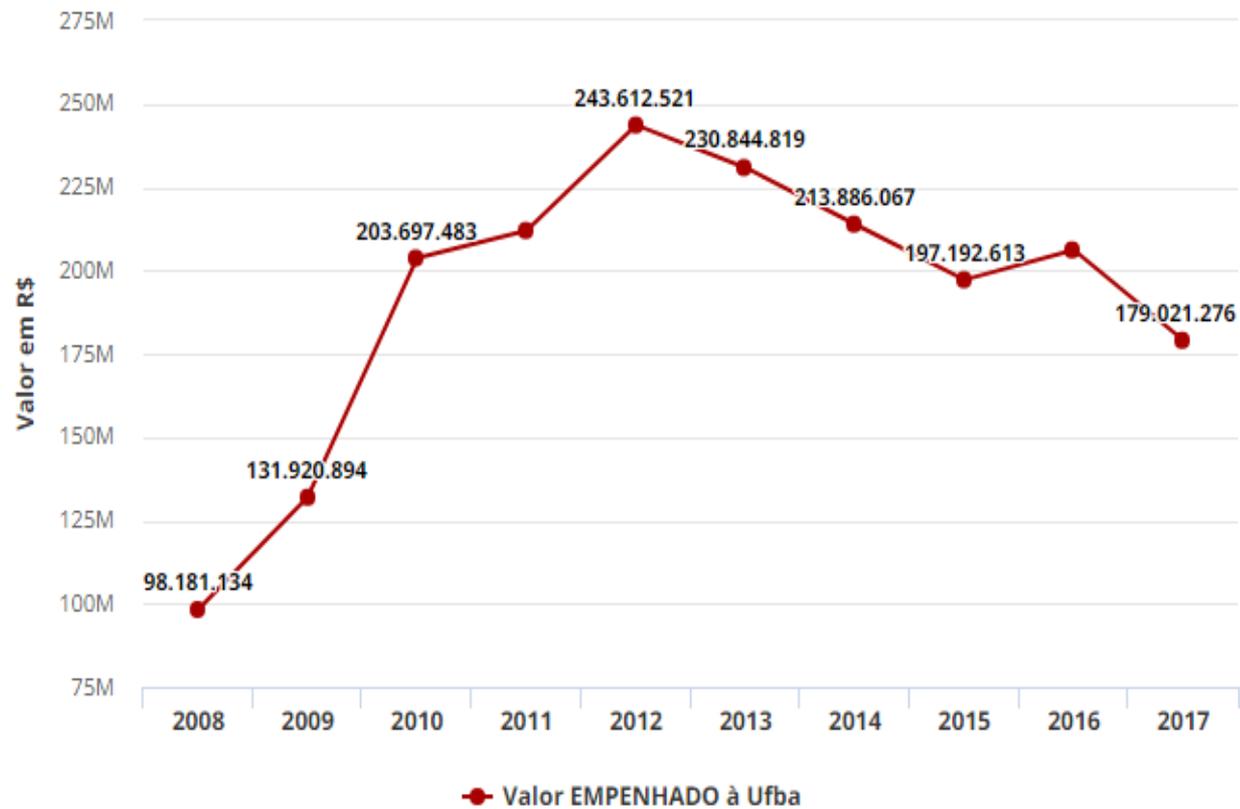
3. EC 95 e a Educação Superior, Ciência e Tecnologia

No melhor cenário, os **investimentos em educação cairão no mínimo 25% nos próximos 10 anos**; no pior, **cerca de 35%**, no mesmo período.

- Os cortes de custeio e investimento serão muito mais dramáticos (**dados do Orçamento – Senador Lindberg, audiência no Senado, 12 de setembro de 2017**):
 - **Orçamento de investimento das Universidades, 2015: 13 bilhões de reais;**
 - **Orçamento de investimento das Universidades, 2017: 8,7 bilhões de reais;**
 - **Orçamento de investimento das Universidades, 2018: 5,9 bilhões de reais.**
 - **Orçamento de investimento dos Institutos, 2015: 7,9 bilhões de reais;**
 - **Orçamento de investimento dos Institutos, 2017: 3,7 bilhões de reais;**
 - **Orçamento de investimento dos Institutos, 2018: 2,8 bilhões de reais.**
- A **inviabilização de Universidades e Institutos Federais brasileiros se dará a curtíssimo prazo, já a partir deste ano de 2018!** Não é por outra razão que a grande imprensa já pauta com insistência o **‘ensino pago nas IFES’**.
- Em Ciência e Tecnologia o quadro é bastante semelhante: se tomarmos o orçamento de **2013 como 100**, o de **2017, 50** e o de **2018, 40** – tudo de acordo c/a **EC 95**.

Evolução de repasses do MEC à Ufba

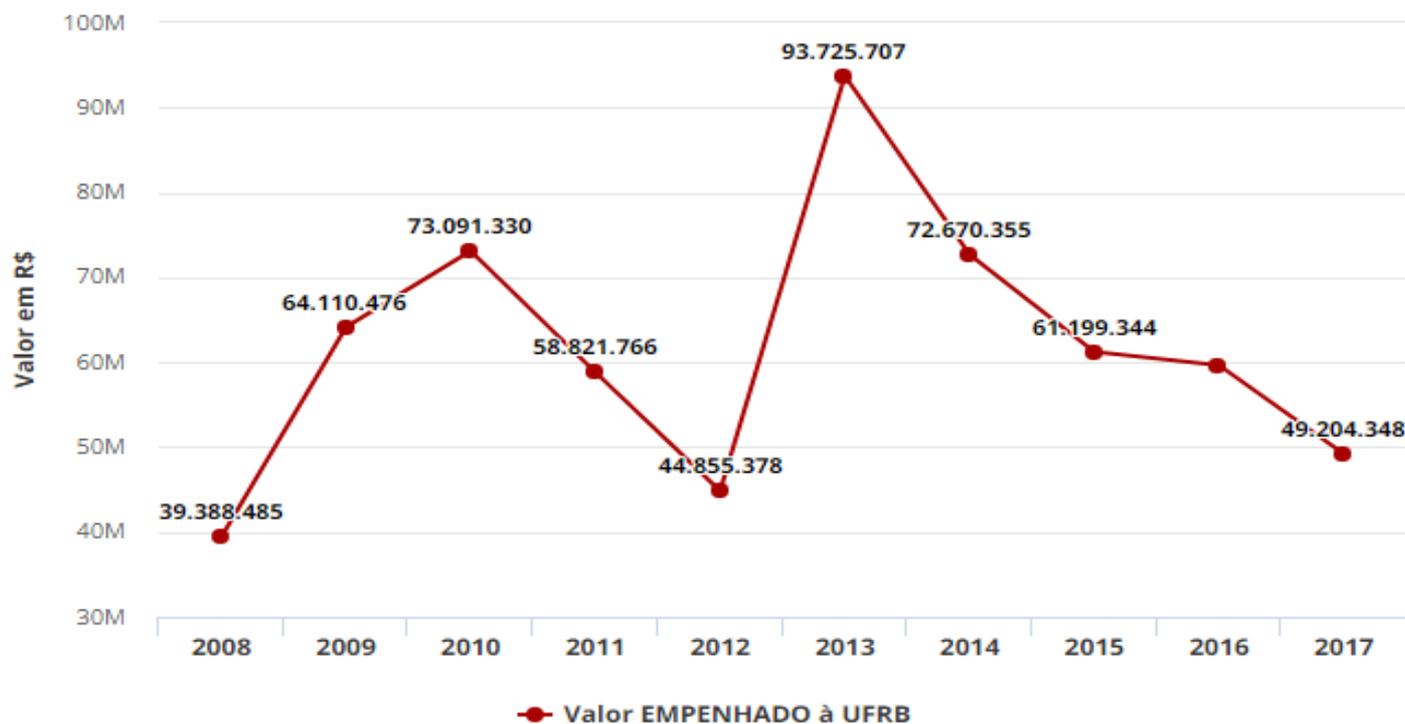
Veja o total da verba empenhada ano a ano pelo governo federal à Universidade Federal da Bahia



Fonte: Ministério da Educação

Evolução de repasses do MEC à UFRB

Veja o total da verba empenhada ano a ano pelo governo federal à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

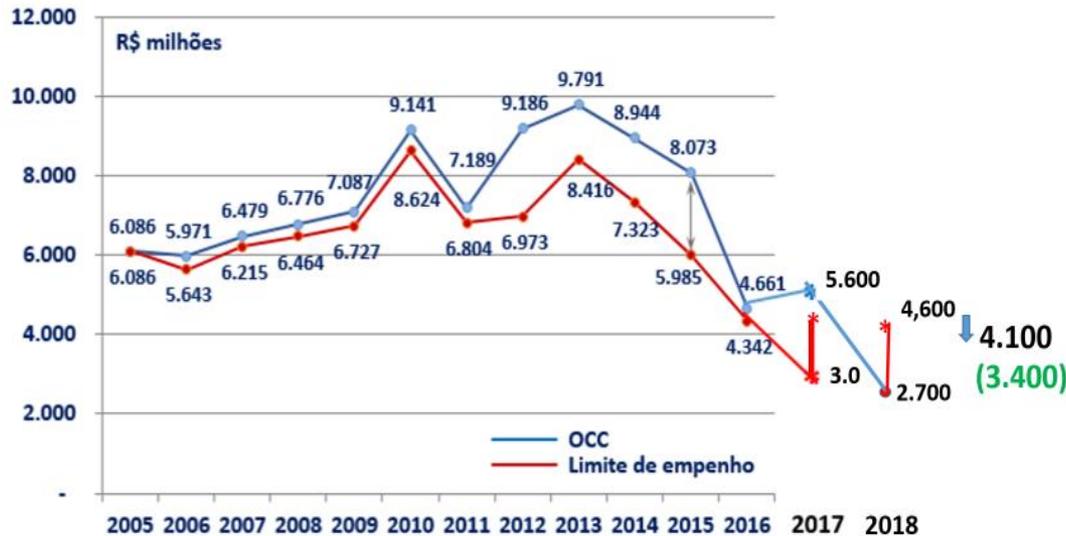


Fonte: Ministério da Educação

EC 95 e a Educação Superior, Ciência e Tecnologia

DESAFIO 2 RECURSOS PARA CT&I

MCTI – Orçamento de Custeio e Capital e limite de empenho
a preços de 2016 (correção pelo IPCA)



TRAGÉDIA ANUNCIADA: EC 95

Fonte: SPBP

➤ 4. EC 95 e a Educação, Ciência e Tecnologia

- Além dessa queda catastrófica nos investimentos, o **melhor cenário** aponta para o seguinte:
 - **Congelamento de contratações nas Universidades e Institutos Federais, enquanto durar a EC 95 (20 anos, c/revisão em 10 anos);**
 - **Congelamento nominal dos salários (mesmo período);**
 - **Declínio acentuado das verbas de custeio (além dos investimentos), inviabilizando o funcionamento das IFES, no curto prazo.**
- **Privatização;** pagamento de mensalidade pelos alunos: a própria Secretária Executiva do MEC, em audiência com o PROIFES, afirmou que **'não há outra saída para a 'crise' das universidades senão o pagamento de mensalidades pelos alunos'**.
- Portanto, as verbas para **bolsas de estudo, ciência e tecnologia** irão pelo mesmo caminho, **comprometendo gravemente** o futuro da **produção científica e tecnológica do Brasil** e a **formação de profissionais competentes no País.**
- Esse **caminho só tem volta se pudermos eleger presidente e Congresso Nacional** com compromisso **de revogar a EC 95 e os atuais rumos privatistas.**

➤ **EC 95 e a Educação, Ciência e Tecnologia**

PLOA 2018 X LOA 2017

APÓS MENSAGEM DE AJUSTE (31 DE OUTUBRO DE 2017)

24000 – MCTIC - ORÇAMENTO GERAL (COM PAC*)

2018 – 12.594.545.253; 2017 – 15.647.132.438

REDUÇÃO DE 19,51%

ORÇAMENTO MOVIMENTÁVEL PELA PASTA (EXCLUÍDAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA)

2018 – 4.646.226.269; 2017 – 6.209.656.087

REDUÇÃO DE 25,18%

24201 - CONSELHO NAC. DE DES. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ

2018 – 1.486.922.929; 2017 – 1.673.094.527

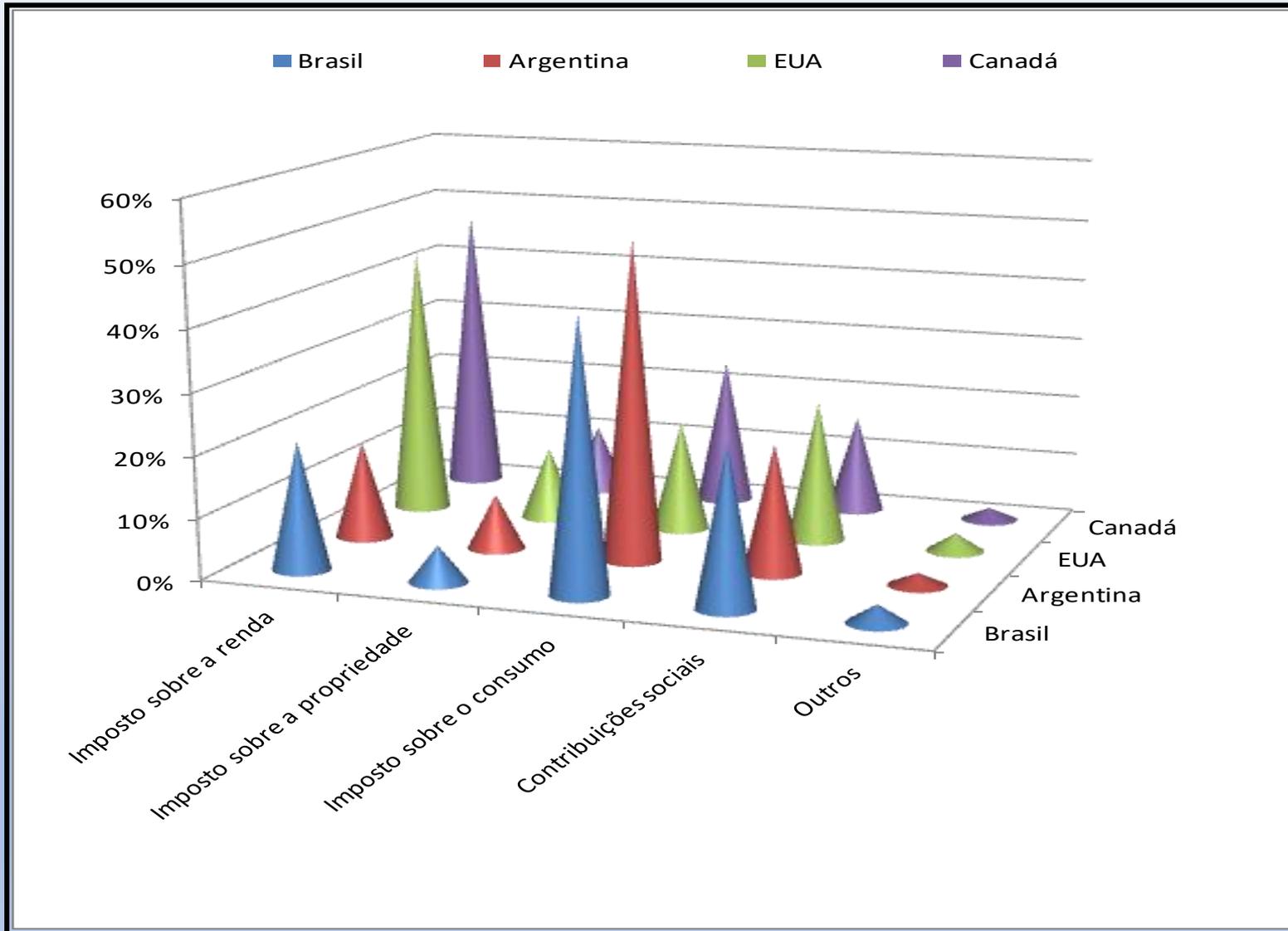
REDUÇÃO DE 11,13%

26291 - FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES

2018 – 3.974.926.822; 2017 – 4.959.676.683

REDUÇÃO DE 20%

5. Como arrecadar mais, cobrando de quem tem mais.



Gil Vicente Reis de Figueiredo

❑ Recursos do Petróleo

● A Lei nº 12.858/13, destinou 50% do Fundo Social (criado pela Lei da Partilha) e de 75% dos Royalties e Participações Especiais da União para a educação e saúde. Previsão (2014): em 10 anos, **0,8% do PIB/ano**. Entretanto, PLS 131 (José Serra, 2016) retira a obrigatoriedade da Petrobrás atuar como operadora / ter 30% de participação mínima nos consórcios do Pré-sal (pode cair 'excedente em óleo').

❑ Demais recursos minerais

- No Brasil, os royalties sobre a exploração das riquezas minerais são muito baixos:
- **ferro, 2%; alumínio, 3%; manganês, 3%; ouro, 1%; pedras preciosas, 0,2%.**
Comparação: Canadá, 3% a 9%; EUA, 5% a 12,5%; Austrália, 30% s/produção bruta minério de ferro.
- Novo 'Marco da Exploração Mineral' poderia elevar a CFEM (Contribuição Financeira s/Exploração de Recursos Minerais), chegando-se a R\$15bi/ano, **0,4% do PIB / ano**.

❑ Taxação sobre especulação financeira (bolsa de valores)

- No ano de 2015 essa especulação atingiu quantias inacreditáveis: o movimento em bolsa (ações, opções, contratos e minicontratos de índice, de dólar e de juros, etc.) alcançou um montante total de R\$ 60,58 trilhões, ou 10,3 PIBs (<http://www.bmf.com.br/bmfbovespa/pages/boletim1/VolumeGeral/VolumeGeral.asp>). Portanto, adotando uma alíquota de apenas **0,10%**, sobre transações em bolsa, seria arrecadado um valor superior a **1,0% do PIB / ano**.

❑ Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas

- A CF (Art.153, inc.VII) autoriza o Governo a cobrar um imposto s/grandes fortunas e prevê que lei complementar discipline a matéria. Nenhuma das iniciativas enviadas ao Congresso Nacional prosperou. Uma delas, o PLC 48/2011, se aprovada, renderia **0,3% do PIB / ano**.
- De acordo com esse PL, 70% desses recursos viriam (em reais de 2012) de fortunas superiores a R\$ 116 milhões. No Brasil **901 pessoas** (dados do IBGE, de 2012), com riqueza média de R\$620 milhões cada uma, detêm patrimônio equivalente a 13%do PIB.

Muito Obrigado!

Muito Obrigado!

Profa. LUCIENE FERNANDES



XIV Encontro
Nacional do
PROIFES
FEDERAÇÃO

